

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Folha de São Paulo

Class.:

Pacto Amazônico

Data

19.10.80

Pg.:

36

Pacto quer evitar a ocupação da Amazônia

FLÁVIO DE ALMEIDA SALLES,
da Sucursal de Brasília

A criação de instrumentos institucionais para que se possa enfrentar conjuntamente eventuais tentativas de internacionalização da Amazônia, é o objetivo principal — ainda que não declarado — da reunião dos países do Pacto Amazônico, que terá início na próxima quinta-feira em Belém do Pará.

Oficialmente, o encontro serve para instalar os dois órgãos máximos do Pacto: a reunião dos ministros das Relações Exteriores dos 8 países signatários e o Conselho de Cooperação Amazônica. Serve, também, para a apresentação dos primeiros projetos de integração regional.

Mas no fundo de cada posição, paira o velho fantasma da internacionalização da região. As primeiras tentativas foram feitas no século passado, quando as grandes potências ocupavam a África e a Ásia. Há alguns anos, o Hudson Institut, dos EUA, propôs que fossem formados grandes lagos na região, para que a Amazônia surgisse como uma reserva ecológica da humanidade. O "Clube de Roma", que reúne cientistas e pesquisadores dos países industrializados apresentam, periodicamente, sugestões para o aproveitamento da região.

Até agora os países amazônicos resistiram isoladamente a essas tentativas, mas os setores diplomáticos brasileiros estão convencidos que será impossível resistir, na medida em que crescem as necessidades de espaço, no mundo. Daí a idéia do Pacto Amazônico.

Neste fim de semana, um diplomata mostrava em Brasília que "o pacto significa a internacionalização a nosso modo: nenhum dos 8 países amazônicos perde a sua soberania, mas cria os vínculos necessários para uma ação comum, inclusive política, a nível mundial. Ficará mais difícil para os ins-

titutos ou os clubes engajar governos nas suas idéias de internacionalização".

Afirmou, ainda, que não haverá uma atitude negativa diante de idéias que possam ser apresentadas nos organismos internacionais, "apenas elas terão que ser subordinadas aos interesses comuns dos oito países signatários do pacto".

Dentro desse enfoque, os chanceleres do Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Venezuela, Bolívia e Guiana, estarão reunidos em Belém, nos próximos dias 23 e 24 quando formalizam a existência do Pacto Amazônico e comecem a discutir os primeiros projetos de integração.

Não haverá uma integração total pois nenhum dos signatários está disposto a abrir mão de suas prerrogativas. Os diplomatas consultados mostraram que, apesar das inconveniências das grandes queimadas (como a da Volkswagen, há alguns anos) ou de imensos projetos, como o do Jari, que podem inclusive poluir os rios amazônicos e levar ao desmatamento progressivo da região, cada governo conservará o poder de decidir sobre a sua própria política de ocupação e aproveitamento da Amazônia. Os outros países não poderão, em nome do pacto, interferir nessa orientação nacional.

O que sobra, então, é a cooperação no campo da pesquisa, a troca de informações sobre técnicas utilizadas e que melhor se adaptam à região.

Poderão ser implantados projetos comuns, em casos específicos, como por exemplo a ligação viária ou fluvial entre os países, o desenvolvimento de uma medicina tropical que atenda a todos, ou de um sistema de telecomunicações regional. Da mesma forma, prevê-se a adoção de medidas conjuntas para a proteção do meio ambiente, e o tratamento das populações indígenas existentes na região.